

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 166.653 - SP (2019/0181225-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
SUSCITANTE : **VIACAO ITAPEMIRIM S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **ELIAS MUBARAK JUNIOR - SP120415**
 EDUARDO CASTELO BRANCO - ES012649
 LORENNAL CALDEIRA FARIZEL - ES019456
 JÚLIA AMÂNCIO MIRANDA - ES030000
SUSCITADO : **JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E**
 RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO
 PAULO - SP
SUSCITADO : **JUIZO DA 5ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE -**
 MG
INTERES. : **VICENTE VIRIATO DE CARMO NETO**

EMENTA

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. SOCIEDADE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MEDIDAS DE CONSTRIÇÃO DE BENS INTEGRANTES DO PATRIMÔNIO DA RECUPERANDA PELO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. COMPETÊNCIA DO JUIZO UNIVERSAL.

DECISÃO

Viação Itapemirim Ltda. - Em Recuperação Judicial - suscita o presente conflito de competência apontando como suscitados o Juízo de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP e o Juízo da 5ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte - MG.

Em suas razões, sustenta que, inicialmente, no Juízo de direito da 13ª Vara Cível Especializada Empresarial de Recuperação Judicial e Falência de Vitória/ES, foi deferido o processamento da recuperação judicial do Grupo Itapemirim, em 18/3/2016. Notícia, inclusive, que, em 19/12/2016, o Juízo em que se processava sua recuperação prorrogou o prazo de suspensão das ações, previsto no § 4º do art. 6º da LREF, até a realização da Assembleia Geral de Credores, fato ainda não ocorrido.

Informa que, em 14/5/2018, o Juízo de direito da 13ª Vara Cível Especializada Empresarial de Recuperação Judicial e Falência de Vitória/ES declarou-se incompetente para apreciar o feito, razão pela qual remeteu os autos da recuperação judicial para o Juízo de Direito da 1ª Vara de de Falências e Recuperações Judiciais de

Superior Tribunal de Justiça

São Paulo/SP.

Afirma que, nos autos da reclamação trabalhista de n. 0010742-70.2017.5.03.0005, "o juízo da 5ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG prosseguiu com o procedimento de execução podendo vir a ocasionar penhora *online* em contas bancárias da Suscitante, cujos valores são destinados ao pagamento de fornecedores e funcionários. Tais atitudes colocam em risco a manutenção das suas atividades empresariais, afastando, sem qualquer embasamento, o entendimento firmado por este Col. Tribunal acerca da competência do juízo da recuperação para a prática de atos constitutivos no patrimônio de empresas em recuperação" (e-STJ, fl. 8).

Nesse contexto, ressalta encontrar-se configurado o presente conflito de competência, cabendo ao Juízo em que se processa sua recuperação judicial deliberar, com exclusão de qualquer outro, as causas de interesses e bens das empresas recuperandas.

Diante dessas considerações, pede a concessão de liminar, por se tratar de conflito positivo de competência, para que seja determinado "o sobrestamento da execução trabalhista de nº 0010742-70.2017.5.03.0005, além de ser designado o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes (art. 955 CPC e 196 RI/STJ), em especial, a destinação dos bloqueios de valores efetuada pelo juízo laboral, incompetente para tanto" (e-STJ, fl. 16).

Por fim, requer que se reconheça configurado o conflito de competência suscitado, declarando competente o MM. Juízo de Direito da 1ª Vara de de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP para tratar dos atos de expropriação, constrição ou retirada de bens e valores indisponíveis à manutenção da atividade empresarial da recuperanda suscitante.

A liminar foi deferida às fls. 213-218 (e-STJ) e as informações prestadas (e-STJ, fls. 224-229).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pela competência do Juízo universal, em parecer assim sumariado (e-STJ, fl. 232):

- Conflito positivo de competência.

Superior Tribunal de Justiça

- Com a edição da Lei nº 11.101/2005, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o respectivo Juízo para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais, inclusive trabalhistas, ainda que tenha ocorrido a constrição de bens do devedor. Precedentes do STJ.
- Parecer, preliminarmente, pelo conhecimento do conflito positivo de competência, para que, no mérito, seja declarado competente o MM. Juízo de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São Paulo – SP.

Brevemente relatado, decido.

Colhe-se dos autos que o Juízo da 5ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte-MG determinou o prosseguimento da execução na Reclamação Trabalhista n. 0010742-70.2017.5.03.0005.

Não obstante, vale destacar que o Juízo competente para definir se o crédito é concursal ou extraconcursal é o Juízo da Recuperação Judicial, decisão esta que poderá eventualmente ser impugnada pelos meios recursais próprios.

Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CESSÃO FIDUCIÁRIA. EXCEPCIONAL SUBMISSÃO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

1. O credor titular da posição de proprietário fiduciário ou detentor de reserva de domínio de bens móveis ou imóveis não se sujeita aos efeitos da recuperação judicial (Lei 11.101/2005, art. 49, § 3º), ressalvados os casos em que os bens gravados por garantia de alienação fiduciária cumprem função essencial à atividade produtiva da sociedade recuperanda. Precedentes.

2. No âmbito restrito de cognição do conflito de competência, o que se afirma é tão somente que consoante a jurisprudência pacífica desta Casa, o exame sobre a natureza concursal ou extraconcursal do crédito é de competência do Juízo da recuperação, a partir daí cabendo, se for o caso, os recursos pertinentes.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no CC n. 162.066/CE, Relator o Ministro Luis Felipe Salomão, DJe de 15/5/2019 - sem grifo no original)

Ademais, convém assinalar que esta Corte Superior firmou o entendimento de que a consolidação do crédito não depende de provimento judicial que o declare e muito menos do transcurso de seu trânsito em julgado, para efeito de sua

sujeição aos efeitos da recuperação judicial.

Confira-se, a propósito, precedente desta Corte que trata do assunto, embora se refira a crédito trabalhista:

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. DISCUSSÃO QUANTO AO MOMENTO DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRABALHISTA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA QUE PERSEGUIE CRÉDITO ORIUNDO DE TRABALHO REALIZADO EM MOMENTO ANTERIOR AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUBMISSÃO AOS SEUS EFEITOS, INDEPENDENTE DE SENTENÇA POSTERIOR QUE SIMPLEMENTE O DECLARE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos (art. 49, caput, da Lei n. 11.101/2005).

1.1 A noção de crédito envolve basicamente a troca de uma prestação atual por uma prestação futura. A partir de um vínculo jurídico existente entre as partes, um dos sujeitos, baseado na confiança depositada no outro (sob o aspecto subjetivo, decorrente dos predicados morais deste e/ou sob o enfoque objetivo, decorrente de sua capacidade econômico-financeira de adimplir com sua obrigação), cumpre com a sua prestação (a atual), com o que passa a assumir a condição de credor, conferindo a outra parte (o devedor) um prazo para a efetivação da contraprestação. Nesses termos, o crédito se encontra constituído, independente do transcurso de prazo que o devedor tem para cumprir com a sua contraprestação, ou seja, ainda, que inexigível.

2. A consolidação do crédito (ainda que inexigível e ilíquido) não depende de provimento judicial que o declare e muito menos do transcurso de seu trânsito em julgado, para efeito de sua sujeição aos efeitos da recuperação judicial.

2.1 O crédito trabalhista anterior ao pedido de recuperação judicial pode ser incluído, de forma extrajudicial, inclusive, consoante o disposto no art. 7º, da Lei 11.101/05. É possível, assim, ao próprio administrador judicial, quando da confecção do plano, relacionar os créditos trabalhistas pendentes, a despeito de o trabalhador sequer ter promovido a respectiva reclamação. E, com esteio no art. 6º, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei n. 11.101/2005, a ação trabalhista que verse naturalmente, sobre crédito anterior ao pedido da recuperação judicial deve prosseguir até a sua apuração, em vindoura sentença e liquidação, a permitir, posteriormente, a inclusão no quadro de credores. Antes disso, é possível ao magistrado da Justiça laboral providenciar a reserva da importância que estimar devida, tudo a demonstrar que não é a sentença que constitui o aludido crédito, a qual tem a função de simplesmente declará-lo.

3. O tratamento privilegiado ofertado pela lei de regência aos créditos posteriores ao pedido de recuperação judicial tem por propósito, a um só tempo, viabilizar a continuidade do desenvolvimento da atividade empresarial da empresa em

Superior Tribunal de Justiça

recuperação, o que pressupõe, naturalmente, a realização de novos negócios jurídicos (que não seriam perfectibilizados, caso tivessem que ser submetidos ao concurso de credores), bem como beneficiar os credores que contribuem ativamente para o soerguimento da empresa em crise, prestando-lhes serviços (mesmo após o pedido de recuperação). **Logo, o crédito trabalhista, oriundo de prestação de serviço efetivada em momento anterior ao pedido de recuperação judicial, aos seus efeitos se submete, inarredavelmente.**

4. Recurso especial provido.

(REsp 1634046/RS, Relatora Ministra Nancy Andrighi, relator para acórdão Min. Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 25/04/2017, DJe 18/05/2017 - sem grifo no original)

Além disso, ainda que se considere o referido crédito como extraconcursal, deverá ser garantido o direito de preferência do crédito nascido após o pedido de recuperação e, ao mesmo tempo, **direcionar o pagamento desses créditos ao Juízo recuperacional** que, ciente da não submissão dos referidos valores à recuperação judicial, deverá sopesar a essencialidade dos bens de propriedade da empresa passíveis de constrição, bem como a solidez do fluxo de caixa da empresa em recuperação.

A esse respeito, confirmam-se:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. PROSSEGUIMENTO. ATOS DE CONSTRIÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

1. No caso de deferimento da recuperação judicial, a competência da Justiça do Trabalho se limita à apuração do respectivo crédito (processo de conhecimento), sendo vedada a prática, pelo citado Juízo, de qualquer ato que comprometa o patrimônio da empresa em recuperação (procedimento de execução).

2. Classificam-se como extraconcursais os créditos de obrigações que se originaram após o deferimento do processamento da recuperação, prevalecendo estes sobre os créditos concursais, de acordo com os arts. 83 e 84 da Lei nº 11.101/2005.

3. Segundo a jurisprudência desta Corte, como forma de preservar tanto o direito creditório quanto a viabilidade do plano de recuperação judicial, a execução de créditos trabalhistas constituídos depois do pedido de recuperação judicial deve prosseguir no Juízo universal.

4. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Blumenau/SC. (CC n. 145.027/SC, Relator o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 31/8/2016)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA - CRÉDITO TRABALHISTA
CONSTITUÍDO APÓS O DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO
JUDICIAL - ATO EXPROPRIATÓRIO ORDENADO PELO

Superior Tribunal de Justiça

MAGISTRADO LABORAL GENÉRICO E SEM QUALQUER RESSALVA - ANTE A ESPECIFICIDADE DO CASO, COMPETE AO JUÍZO UNIVERSAL AVALIAR ACERCA DA ESSENCIALIDADE OU NÃO DO BEM AO FUNCIONAMENTO DA EMPRESA - PRECEDENTES DO STJ.

1. Tratando-se de crédito trabalhista constituído depois de ter o devedor ingressado com o pedido de recuperação judicial, está excluído do plano e de seus efeitos (art. 49, caput, da Lei n.º 11.101/2005).
2. Ante a determinação de ato expropriatório genérico e sem ressalva determinado pelo magistrado trabalhista para a satisfação do crédito executado, compete ao juízo universal exercer o controle sobre atos de constrição patrimonial. Precedentes do STJ.
3. Conflito conhecido para declarar a competência do juízo da recuperação judicial. (CC n. 129.720/SP, Relator para acórdão o Ministro Marco Buzzi, DJe de 20/11/2015)

Dessa forma, por qualquer ângulo que se analise a questão, a competência será do Juízo Recuperacional para decidir não só sobre a natureza do crédito discutido, como, também, a forma de pagamento, na hipótese de se tratar de crédito extraconcursal.

Ante o exposto, conheço do conflito para declarar a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível de São Paulo/SP, nos termos da fundamentação supra.

Dê-se ciência aos Juízos suscitados.

Publique-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator